

ATA DE REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO COMITÊ DE BACIAS HIDROGRAFICAS TIETÊ-JACARÉ, AO DIA VINTE E SETE DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E ONZE, realizada nas dependências da Biblioteca Municipal de Bocaina, localizada à Rua Floriano Peixoto n° 953, na cidade de Bocaina, Estado de São Paulo, com início às nove horas. Estavam presentes os seguintes membros: Sr Mariano Maudet Bergel (Coordenador da CTEA - SMA/CEA-CBH-TJ/Araraquara), Sra. Juliana Lopes Ruiz (Membro Titular - Instituto Pró-Terra/Jau), Sergio José Pelicolla (Membro Titular – ERPLAN/São Carlos, Paulo Henrique Peira Ruffino (Membro Suplente – Instituto Florestal/Itirapina), Plínio Roberto de Freitas Marques (Membro Suplente – Pref. Municipal de Bocaina/Bocaina), Simone Cristina de Oliveira (Membro Titular – Pref. Municipal de Araraquara/Araraquara), Isabel Georgina Patronis Dominguez (Membro Titular – Pref. Municipal de São Carlos/São Carlos), Liane Biehl Printes (Membro Suplente – UFSCAR/São Carlos), Dalva Maria de Castro Viti (Membro Suplente – FATEC/Jaú). Também estiveram presentes os seguintes convidados: Sra. Yanina Micaela Sammarco (Instituto Pró-Terra/Jau), Sra. Noéle Martins Fonseca (Instituto Pró-Terra/Jau), Sra. Natalia Beniti Ribeiro (Instituto Pró-Terra/Jau), Diógenes Simões de Oliveira (Projeto Flor da Idade/Itirapina), Erica Rodrigues Tognetti (DAEE/Araraquara), Pâmela Lino Costa de Assis Furtado (DAEE/Araraquara), Alisângela Spigolon (ONG Movimento Rio Vivo/Brotas), Marésilvia Rossetto (ONG Bicho do Mato/Mineiros do Tietê). Dando início a reunião, foram seguidos os seguintes pontos da pauta do dia: **I** – Informar sobre as discussões realizadas no Diálogo Interbacias 2011 e presença dos PCOPs no evento. **II** – Informar sobre a possibilidade de um projeto único de Educação Ambiental afim de elaborar uma Política e Programa de Educação Ambiental para a bacia hidrográfica Tietê Jacaré. **III** Discussão sobre o Projeto Regional de Educação Ambiental para a bacia Tietê Jacaré, incluindo carências de exigências ou recomendações definidas na CTEA e previstas no MPO. **IV** – Agendamento e formato das próximas reuniões. **ORDEM DO DIA:** Mariano iniciou a reunião solicitando que tanto os representantes titulares quanto os convidados se apresentassem. Estiveram presentes 8 membros da Câmara Técnica de Educação Ambiental e 11 convidados, totalizando 19 pessoas. Após a apresentação, Mariano procedeu com a pauta do dia e iniciou ressaltando a necessidade de envolver a Política Estadual de Educação Ambiental no projeto regional para sustentabilidade e efetividade da Educação Ambiental em nosso Comitê. Disse que o projeto para balizar as diretrizes deveria partir dos membros da CTEA. Também falou sobre a criação de uma demanda induzida para os projetos de forma a integrar o projeto regional. Yanina comentou sobre a dificuldade de escolha do tomador do projeto, para que não haja futuros problemas com a propriedade intelectual dos autores, como aconteceu em outras situações. Mariano falou que este projeto poderia surgir de dois modos, ou por um Termo de Referência (TR) ou por um Pacto Coletivo. Sérgio e Alisangêla concordaram que é melhor pensar em um TR. Isabel expôs a importância de trazer a dificuldade de seleção de tomador do recurso, mas defendeu a construção do projeto coletivo para edificação de massa crítica e efetividade da proposta. Mariano sugeriu que fosse alguma instituição da sociedade civil. Yanina defendeu que outras ONGs que estão inseridas nesta bacia hidrográfica se candidatem para construção do projeto e assim possam ser estabelecidas e fortalecidas novas redes coletivas para o Comitê e para a região. Mariano comentou sobre a disposição de vagas para o Diálogo Interbacias 2011 e a falta de representatividade da sociedade civil do nosso Comitê. Alisângela aproveitou o momento para pedir contribuição dos grupos, redes e do próprio Comitê para mobilizar pessoas para a finalização do projeto “Expedição Jacaré – Pepira” que ocorrerá no dia 24 de novembro do ano corrente nas dependências da FATEC/Jahu. Paulo comentou sobre a estratégia de divulgação e marketing para escolha do tomador do recurso, incorporando peças-chaves como CDCC/São Carlos, Empresa JR./FATEC-Jahu e outras entidades com corpo técnico capacitado para a

função. Isabel falou sobre a transparência e critério para a seleção de tomadores, para não comprometer a visibilidade da CTEA. Argumentou sobre a articulação e apoio das Universidades para agregar no respaldo administrativo e financeiro. Mariano falou sobre a cautela de seleção do tomador, priorizando a confiabilidade da CTEA e o fácil acesso às informações necessárias. Yanina perguntou sobre como seria a disposição financeira desse projeto, pois deveria ser um valor significativo para um único projeto. Mariano esclareceu que este é um valor disponível variável as condições de cada ano do Comitê (10% da receita), mas ainda é necessário elaborar a proposta e orçar para depois apresentar um valor concreto. Pâmela comentou sobre as burocracias financeiras baseadas no estatuto, para que não haja uma proposta inconstitucional perante as atribuições da CTEA e o futuro tomador do projeto. Mariano disse sobre a negociação com tomadores e para elaboração de diretrizes para aceitação de projetos. Também explicou sobre a importância do projeto atender as exigências do MPO e a Política Estadual de Educação Ambiental, além da estrutura formal (justificativa, objetivos, metodologia, atividades e indicadores que permitam avaliar a eficácia e eficiência do projeto), além de atender as exigências e recomendações das Câmaras Técnicas dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Foi enfatizada a questão de incorporar efetivamente a parceria com as Diretorias de Ensino e as redes estaduais e municipais dessa bacia hidrográfica para fortalecimento e capacitação de educadores (as) e a produção de material didático correspondente a nossa realidade. Mariano também sugeriu idéias iniciais para o fomento da elaboração do projeto regional. Falou sobre a referência estrutural do Comitê PCJ e a busca de informações e ações já implementadas por outros Comitês na escolha da metodologia a ser utilizada. Paulo defendeu que a partir dos diagnósticos já desenvolvidos possam ser elaboradas intervenções pontuais para o conhecimento da bacia antes da construção da política interna. Sérgio sugeriu articulação com outras Câmaras Técnicas do nosso Comitê para levantamento das prioridades da bacia. Paulo falou sobre a implantação do recurso para EA em outros projetos embutidos. Alisangêla disse sobre a preocupação da falta de efetividade da EA nos projetos e obras. Simone defendeu a idéia de embutir recursos para EA nos projetos de obras técnicas, de forma a implantar uma gestão participativa. Mariano comentou sobre o fato de o nosso Comitê ainda possuir CTs formadas há pouco tempo, portanto expôs que a opinião do Sérgio pode ser respaldada por apoio e troca de informações com outros Comitês, para conhecer outras experiências. Mariano falou sobre a dificuldade de utilizar EA em projetos de obras técnicas, pelo fato da articulação com os profissionais técnicos não serem tão abrangentes e efetivas para a função social. Lembrou do cuidado que devemos ter para que a EA não fique apenas com “planfletagens sem ações”. Isabel falou sobre a construção de políticas públicas através dos diagnósticos e reconhecimento da nossa bacia, e a partir da elaboração de critérios e estratégias descritas no programa, para que os objetivos não se percam. Yanina falou para que haja aproveitamento dos diagnósticos já elaborados e sobre as dúvidas de integrar EA nos projetos de obras com alguma porcentagem do recurso total da obra e sobre a capacitação dos membros de Câmaras Técnicas. Falou que a política pública deve ser criada a partir das premissas da CTEA e financiada pelos recursos do FEHIDRO. Isabel falou sobre a legitimidade dos projetos através das políticas públicas e interação das pessoas estratégicas orientadas para agregar o Plano, com segmento respaldado em novos planos. Alisangêla falou que as construções já feitas por estes diagnósticos na Bacia Hidrográfica do Tietê Jacaré não são abrangentes e há necessidade da construção de políticas públicas pelos membros do CBH. Alisangêla, Isabel, Mariano e Paulo defenderam a orientação do projeto através do reconhecimento da bacia hidrográfica. Mariano falou sobre a amplitude do projeto e a necessidade de orientar e impor diretrizes para auxiliar as ações efetivas para nossa bacia. Propôs encontros e seminários para a capacitação dos membros para a construção deste programa. Yanina falou sobre o fortalecimento do Coletivo Educador para fomentar estes

encontros e seminários. Aproveitando os fóruns que já estão acontecendo para que não se perca os grupos já formados. Foram discutidas as formas possíveis para agregar os membros às ações implantadas. Paulo falou sobre realizar seminário para a apresentação e divulgação dos projetos que estão sendo desenvolvidos com a finalidade de todos tomarem ciência sobre os projetos em andamento na nossa bacia hidrográfica. O principal foco do desenvolvimento destas atividades seria a própria CTEA. Isabel e Sérgio defenderam o planejamento do projeto para políticas públicas. Mariano falou sobre a importância da construção de espaços para a discussão entre todos que fazem parte da EA na bacia e o fato de envolver esses grupos/projetos na CTEA, para que dentro do Comitê possam ser norteadas as necessidades e reconhecimento para o projeto regional. Alisangêla falou sobre a integração de seminários e práticas para que não haja desestímulo dos participantes. Foi discutido entre Pâmela, Mariano e Yanina os mecanismos legais para que a execução do projeto não entre em desacordo com as competências estabelecidas para a CTEA. Mariano apresentou uma tabela com as metas e ações previstas no Plano de Bacia do CBH-TJ e que terá peso importante nas considerações e construções futuras de planejamentos. Ficou acordado que as próximas reuniões terão data e horário de início/fim pré-estabelecidas, sendo que as próximas ficarão pré-agendadas (à confirmar) para os dias:

- 25 de Outubro (Brotas, local a definir)
- 08 de Novembro (reunião extraordinária) e 29 de Novembro (Ordinária)
- 13 de Dezembro (a definir local)

Em seguida foi dada à palavra a quem quisesse fazer uso e como ninguém desejou usá-la a reunião foi dada por encerrada as 12:30 hs.